

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



QUESTÃO SOCIAL E AS AÇÕES DE ENFRENTAMENTO EFETUADAS PELO ESTADO NO CAPITALISMO

Ams Marques Cavalcante¹

RESUMO

O presente artigo discorrerá sobre os aspectos essenciais acerca da questão social, vista como algo indissociável do capitalismo e do efeito fragmentado da identidade de classe dos trabalhadores. A questão social, enquanto fenômeno que surge em meados do século XIX, compõe as condições e dimensões de elementos históricos e subjetivos que entende a ação dos homens enquanto construtores de sua história e capazes de buscar modificações na realidade posta. Desse modo, além de tratar sobre elementos essenciais da questão social o texto versa sobre como a perspectiva liberal e a marxista apreendem o Estado e como se processa a intervenção estatal enquanto meio de administrar os conflitos sociais na era capitalista.

Palavras-chave: Questão Social; Estado; Capitalismo.

ABSTRACT

This article will discuss the essential aspects of the social issue, seen as something inseparable from capitalism and the fragmented effect of workers' class identity. The social issue, as a phenomenon that emerged in the mid-nineteenth century, makes up the conditions and dimensions of historical and subjective elements that understand the action of men as builders of their history and capable of seeking changes in the posed reality. Thus, in addition to dealing with essential elements of the social issue, the text deals with how the liberal and Marxist perspectives apprehend the State and how state intervention is processed as a means of managing social conflicts in the capitalist era.

Keywords: Social issues; State; Capitalism.

1. INTRODUÇÃO

¹ Assistente Social; Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS/UFAL). E-mail: amssmarquess@outlook.com.

PROMOÇÃO



APOIO



Tendo em vista refletir sobre a questão social e a forma como se dá a intervenção do Estado em face desta, o presente artigo busca discutir num primeiro momento a origem da questão social a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista proposta por Karl Marx, assinalando os desdobramentos resultantes do conflito entre capital-trabalho. Logo após, objetivando entender o papel do Estado na sociedade será exposto como as perspectivas liberal e marxista apreendem o Estado desde sua gênese.

Por fim, conduzimos este estudo através de uma pesquisa bibliográfica, utilizando a obra clássica de Marx, *O Capital*, e autores contemporâneos como Netto e Pimentel que explicam como se dá a intervenção do estado em face da questão social no capitalismo e identificam que a eliminação da questão social só é possível mediante a extinção das relações de exploração produzidas nesta sociedade.

2. ORIGEM DA QUESTÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Surgida na terceira década do século XIX, a questão social nasce na sociedade capitalista, num momento em que se gestava o desenvolvimento da base urbana industrial do capitalismo e se tinha início a uma acumulação de capital, a qual Marx chamou de Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Em *O Capital*, Marx expõe que “a influência que o crescimento do capital exerce sobre o destino da classe trabalhadora” (1996, p. 245) é algo que merece atenção, nos permitindo o entendimento de que a demanda de acumulação do capital traz alguns reflexos sobre a classe trabalhadora. Assim, a partir da Lei da Acumulação do Capital, Marx explica como ocorre o processo de pauperização da classe trabalhadora, uma vez que de acordo com o autor, este ocorre mediante a criação do exército industrial de reserva enquanto condição de existência da produção capitalista. Com o desenvolvimento da acumulação do capital, cresce de forma acentuada o exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores,

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



permitindo ao capital uma reserva de força de trabalho disponível e sem fim. Dessa maneira:

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa incorporar-se ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria produção do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado (MARX, 1996, p. 246).

Nesse contexto, os trabalhadores para sobreviverem precisam vender a sua força de trabalho ao capitalista, no qual receberá um salário mínimo pelo máximo de trabalho executado. Esta é a condição fundamental do processo de acumulação do capital, tendo neste momento a extração do que Marx chama de *mais-valia*. Assim, nesse momento o pauperismo encontra-se incluso na produção do exército de reserva e estes se constituem enquanto condicionantes para a manutenção da produção capitalista e do aumento de riquezas. Segundo Pimentel:

[...] quanto maior for a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Esse pauperismo se verifica naquela camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem de mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora através dos diversos mecanismos de exploração e dominação, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria. (PIMENTEL, 2016, p.5).

Com o desenvolvimento da industrialização, a classe trabalhadora trava algumas lutas em prol de melhores condições de vida e trabalho, fazendo com que a pauperização adquira um viés político, sendo reconhecida politicamente como um problema. Sobre este contexto é que Marx irá desvendar o que chamamos de “questão social”, o qual exigiu a intervenção do Estado em diversos momentos do desenvolvimento capitalista. Assim, entender o Estado a partir das perspectivas liberal e marxista faz-se necessário para entendermos como se dá a intervenção do Estado diante da questão social, fenômeno este que tem sua base material na sociedade capitalista.

PROMOÇÃO



APOIO



3. GÊNESE, DESENVOLVIMENTO E FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO

A discussão acerca do papel do Estado surge entre os séculos XVI e XVII a partir do declínio do sistema feudal e da lei divina enquanto base das hierarquias políticas. No entanto, apreender as ações do Estado pressupõe que este seja analisado levando em consideração a sua relação dialética com a sociedade e há pelo menos duas matrizes teóricas, que de formas distintas, analisam e explicam o Estado desde sua gênese. Fazemos menção a perspectiva liberal e a perspectiva marxista.

Segundo Laski (1973), o liberalismo foi gerado a partir do surgimento de uma nova sociedade econômica ao final da Idade Média, sendo assim moldado pelas necessidades desta. Esta possibilitou a ascensão, a uma posição de domínio político, da nova classe média, no qual o seu instrumento foi a descoberta do Estado Contratual, cuja formação era marcada pela intervenção política limitada a área mais próxima da manutenção da ordem.

Como o liberalismo é historicamente ligado à posse de propriedade, visto que seus fins sempre serão voltados para os detentores da propriedade, no século XI o Estado auxiliou o liberalismo a destruir a autoridade eclesiástica da esfera econômica, possibilitando o desenvolvimento das relações de propriedade sem entraves de ordem teológica. Isso possibilita o surgimento de um Estado secular, que terá seu objetivo alicerçado em bases distintas da Igreja e que se ajustam ao seu novo prestígio. Nessa perspectiva:

Os homens de negócios querem um Estado que possam amoldar diretamente a seus próprios intuítos; e quanto mais completamente a ordem interna fôr realizada mais certos eles estão de que o caminho real para consolidação de semelhante Estado é o domínio que tenham sobre ele. Em tais circunstâncias, podem estabelecer normas para aquisição da riqueza de que eles próprios foram os principais factores. (LASKI, 1973, p. 47)

Assim, para o pensamento liberal o Estado é resultado de um pacto social e existirá com a finalidade de garantir os interesses daqueles que detém a propriedade privada. Logo, sua função será sempre a de “fornecer a base legal para com a qual o

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mercado pode melhor maximizar os “benefícios” aos homens” (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p. 56). Segundo Coutinho (2000), Estado, para os liberais, deve representar o interesse de todos, desde que se preservem os interesses singulares da esfera privada, no qual o Estado não pode interferir. Assim, sob a ótica liberal o poder estatal deve ser limitado derivando daí a necessidade do Estado-mínimo, no qual só intervém quando é estritamente necessário, sempre buscando regular as relações sociais para a manutenção do individualismo, do livre mercado e da propriedade privada.

Contrapondo a perspectiva liberal, a matriz marxista propõe que o Estado tem sua origem no antagonismo das classes sociais e é fruto de sociedades antagônicas. A divisão social do trabalho, em todas suas fases de desenvolvimento, expressava diferentes formas de propriedade, porém por mais incipiente que fosse a estruturação desta divisão a propriedade sempre tinha por base a divisão da sociedade entre exploradores e explorados, instituindo as classes sociais. Assim, a divisão social do trabalho institui na sociedade o antagonismo entre os interesses individuais e comunitários, no qual a partir dessa contradição surge o Estado enquanto uma figura aparente de comunidade afastada dos interesses individuais e comunitários, mas que é sempre regida pelos interesses dominantes. Segundo Marx:

O Estado e a organização da sociedade não são, do ponto de vista político, duas coisas diferentes. ‘O Estado é o ordenamento da sociedade’; ‘O Estado (...) repousa sobre esta contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares’. (MARX, 1995, p. 80)

De acordo com Engels (1979), o Estado não é uma força exterior, mas nasce nas sociedades antagônicas e que não conseguiram resolver seus antagonismos de classe. Diversos conflitos ocorreram até que o Estado substituísse a gens e os laços consanguíneos. Para controlar as diferenças entre as classes o Estado ganha força pública, porém necessita de mecanismos para manutenção dessa aparente força. Assim mecanismos de manutenção da ordem são criados pelo Estado, a exemplo da polícia e do exército, mecanismos estes que não existiam nas gens e que eram quase inexistentes nas sociedades que não possuíam divisão de classe. Para sustento

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



dessas forças o Estado passa a cobrar impostos e cria leis que torna intocáveis os mecanismos citados, visto que sozinho representava algo que estava fora e acima do povo. Desse modo o Estado torna-se ainda mais poderoso politicamente, adquirindo na política força para reprimir e explorar as classes que já são exploradas.

Portanto, o Estado Moderno, como assinala Mezáros (2002), tem na sua formação uma exigência em assegurar e proteger a produtividade do sistema capitalista, sintonizando suas funções reguladoras com o processo de reprodução socioeconômico, reforçando a dominação do capital e quando necessário provendo algumas necessidades do conjunto social, tendo em vista abrandar complicações que possam surgir na esfera da produção e do consumo.

4. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

A pobreza, antes da Revolução Industrial, era amparada por serviços assistenciais, mais notadamente pela “Antiga Lei dos Pobres”. Durante o processo de industrialização estes serviços passam a ser mais requisitado devido à pauperização crescente, o que faz a burguesia, por meio do parlamento, aprovar a “Nova Lei dos Pobres” em 1834. Essa nova lei tinha por finalidade

[...] enfrentar os problemas crescentes do atendimento individualizado nas próprias comunidades, diminuindo o atrativo da assistência para deixar a mão-de-obra mais livre para o mercado. Com isso, reduzia a massa de pobreza aparente. (PIMENTEL, 2016, p.7)

Assim é importante ressaltar que no contexto do capitalismo concorrencial, mediante influência dos ideais liberais, o Estado utilizava medidas legislativas para intervir de forma indireta sobre a “questão social”. Desse modo, as ações do Estado nesse período foram importantes para a garantia de direitos que protegiam a propriedade privada, em contrapartida intervia de forma repressora sobre a luta da classe trabalhadora, mesmo tendo realizado algumas concessões. Mediante a

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

constante luta da classe trabalhadora, o Estado é impulsionado a desenvolver suas ações no que diz respeito à ampliação dos direitos políticos.

No entanto, apenas no capitalismo monopolista o Estado passa a mediar os conflitos sociais, atendendo as reivindicações dos trabalhadores via implantação das políticas sociais, objetivando propiciar condições favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo. Assim,

Enquanto intervenção do Estado burguês no capitalismo monopolista, a política social deve constituir-se necessariamente em *políticas sociais*: as sequelas da “questão social” são recortadas como problemáticas *particulares* (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas. [...] a questão social é atacada nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida consequentemente, impediria a intervenção (NETTO, 2007, p.32).

Segundo Pimentel (2016), atualmente as formas de administração da questão social pelo Estado precisaram ser redimensionadas, tendo em vista a amplitude dos problemas existentes, no qual o controle da contradição entre as classes tem sido cada vez mais complexo, tornando-se uma ameaça a ordem sociometabólica vigente. Na realidade, a intervenção do Estado sobre as expressões da “questão social” sempre atenderá as exigências da expansão e acumulação do capital, logo, não é possível vislumbrar a solução para o fim da questão social no capitalismo, uma vez que esta exige a superação desta sociabilidade.

Desse modo, Marx nos afirma que “se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo” (MARX, 2010, p. 61). Portanto, é equivocado pensar que aperfeiçoar o Estado e criar novas políticas sociais é traçar um caminho em direção a uma sociedade mais justa e igualitária. Com essa afirmação não anulamos que estas políticas representam uma conquista significativa da classe trabalhadora, apenas ressaltamos que, dada sua natureza paliativa, estas são insuficientes para findar a questão social.

5. CONCLUSÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Com base nas perspectivas liberal e marxista que apresentam reflexões sobre o Estado e seus desdobramentos na sociedade, podemos entender como o Estado, no cenário contemporâneo, enfrenta de forma tênue os problemas sociais mais emergentes da sociedade de classes. Como assinala Tonet (1995), a teoria política e social comete alguns equívocos ao buscarem formas de aperfeiçoamento do Estado e da política, tendo em vista a criação de novas políticas e programas sociais.

Atualmente temos um Estado paramentado pelo cunho neoliberal, o qual orienta de forma reducionista as políticas sociais, aprofundando a questão social. E isto não seria estranho, visto que a sua função é justamente aquela relacionada à reprodução das relações sociais de trabalho. Portanto, a condição necessária para superação dessa sociabilidade e as problemáticas advindas desta consiste na revolução proletária. Esta tem sido uma tarefa imprescindível, ainda mais em tempos de barbárie.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine R. e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social – fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

COUTINHO, Carlos Nelson. “**Representación de intereses, formulación de políticas e hegemonia**”. In: Borgianni, E.; Montañó, C. (org.) *La Política Social Hoy*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Lisboa: Edições Avante, 1975.

LASKI, Harold. **O liberalismo europeu**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

MARX, Karl. **O capital - Crítica da economia política**. Os Pensadores, Livro Primeiro,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Tomos 1 e 2. Capítulos XXIII e XXIV. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

_____. **Glosas Críticas e Marginais ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”. De um Prussiano.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2007.

PIMENTEL, Edlene. **As Bases Ontológicas da Questão Social.** In: Boletim do Tempo *Presente*, nº 11, de 01 de 2016, p. 1 – 12.

PIMENTEL, Edlene & COSTA, Gilmaisa M. da. **Questão Social: novas formas, velhas raízes.** In: Serviço Social em Debate: Ser Social, Trabalho Ideologia. Maceió, EDUFAL, 2011.

PROMOÇÃO



APOIO

